SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

PRIMEIRA PARTE

O SABER DO CUMPRIMENTO DA PENA

1

LEGITIMIDADE, VIOLÊNCIA HUMANA E LIBERDADE 23

1.1. Seria a violência humana que legitima o poder? 26

1.2. A legitimidade pela lei: entre o poder e a violência 37

1.3. O Estado e a liberdade 47

2

POR QUE A LEI DE EXECUÇÕES PENAIS É DESCUMPRIDA? 61

2.1. Os intelectuais e a lei 64

2.2. A política e o jurídico 70

2.3. Há uma cultura brasileira do jeito? 75

3

QUAIS PRÁTICAS PARECEM CONTRIBUIR PARA APRIMORAR A EXECUÇÃO PENAL? 81

3.1. O Executivo. Arquitetura dos Estabelecimentos Penais e APAC ... 82
3.2. O Legislativo. Monitoração Eletrônica 85
3.3. O Judiciário: Algumas Decisões Importantes 87
a) O julgado RE 641.320 do STF 88
b) O julgado da 1ª Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre/RS 94
3.4. Dados Estatísticos – Infopen e Fórum Brasileiro de Segurança Pública 97
3.5. A experiência nos Estados Unidos e na Europa 101
a) Como a Suprema Corte dos Estados Unidos tratou o problema carcerário? 101
b) O sistema penitenciário europeu 107

4

4.1. A pena segundo C. Beccaria 115
4.2. A pena segundo I. Kant 118
4.3. A pena segundo C. Lombroso 119
4.4. A pena segundo J. Bentham 122
4.5. A pena segundo E. Durkheim 124
4.6. A pena segundo E. R. Zaffaroni 126
4.7. A pena segundo K. Marx 128
4.8. A pena segundo E. Burke 136
4.9. A pena segundo Jesus 141

SEGUNDA PARTE
A LEI DE EXECUÇÕES PENAIS

5

A EXECUÇÃO DA PENA NO BRASIL 151

5.1. Histórico da Execução Penal no Brasil 151
5.2. Direito da Execução Penal e Direito Penitenciário 155
5.3. Natureza Jurídica da Execução Penal 156
5.4. O Problema da Ressocialização 158

6

PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL 163

6.1. Princípio da Secularização 164
6.2. Princípio do Humanismo nas Penas 165
6.3. Princípio da Legalidade nas Penas 167
6.4. Princípio Retributivo da Sanção Penal 168
6.5. Princípio da Jurisdicionalidade 169
6.6. Princípio da Individualização das Penas 171
6.7. Princípio da Personalidade das Penas 173
6.8. Princípio do Tratamento Isonômico das Penas 174
6.9. Princípios do contraditório e da ampla defesa 176

7

DIREITOS E DEVERES DA PESSOA QUE CUMPRE PENA 177

7.1. Dos Direitos 177
7.2. Do Trabalho da Pessoa Presa 183
a) Questões iniciais 183

b) O trabalho da pessoa presa e a CLT 185
c) Outros aspectos legais do trabalho 187
7.3. Deveres e Disciplina da Pessoa que Cumpre Pena 190
7.4. Faltas e Sanções Disciplinares 194
a) Fontes do direito 194
b) Faltas graves para penas privativas de liberdade: análise do art. 50 da LEP 195
c) Outras faltas graves 199
d) Faltas graves para penas restritivas de direito 200
e) Sanções proibidas 202
f) Sanções permitidas 204
g) Procedimento de apuração de falta disciplinar. 205
h) Recompensas 207
7.5. O Regime Disciplinar Diferenciado 207

8

ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL 213
8.1. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária 213
8.2. Juízo da Execução 215
a) Lei posterior que favorece o condenado 216
b) Extinção da punibilidade 217
c) Outros casos: benefícios e incidentes processuais 217
d) Cumprimento, fiscalização e conversão da pena restritiva de direitos. 218
e) Aplicação da Medida de Segurança e outras providências 219
f) Remoção de pessoa presa 220
g) Zelar pelo Correto Cumprimento da Pena ou da Medida de Segurança 224
h) Inspeção e Interdição de Estabelecimento Prisional 224
i) Conselho da Comunidade 227
j) Atestado de Pena a Cumprir 227
8.3. Ministério Público 228
a) Questões iniciais 228
b) Atividade fiscalizatória 229

c) Requerimentos 230
d) Inspeção em Estabelecimentos Penais 230
8.4. Conselho Penitenciário 232
8.5. Departamento Penitenciário 233
8.6. Patronato 237
8.7. Conselho da Comunidade 238
8.8. Defensoria Pública 240

9

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE 243

9.1. A prisão-pena e o início do cumprimento 243
9.2. As penas de prisão no sistema brasileiro 244
9.3. Estabelecimentos Penais 247
a) Questões iniciais 247
b) A privatização de presídios 249
c) Tipos de estabelecimentos penais 250
9.4. Regime fechado 252
9.5. Regime semiaberto 254
9.6. Regime aberto 258

10

PROGRESSÃO E REGRESSÃO DE REGIME 261

10.1. O sistema progressivo: vantagens e desvantagens 261
10.2. Progressão e Regressão de Regime 264
a) Requisito objetivo ou temporal 265
b) Requisito subjetivo 268
c) Outras questões da progressão de regime 270
d) Regressão de regime 274
10.3. Falta de vagas e progressão antecipada 276

11

LIVRAMENTO CONDICIONAL 279

11.1.Requisitos para concessão 280
11.2.Condições legais e judiciais 282
11.3.Causas para suspensão e revogação 283

12

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA 287

13

AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA 291

13.1.Permissão de saída 291
13.2.Saída temporária 292

14

REMIÇÃO 297

14.1.Questões iniciais 297
14.2.Remição pelo trabalho 298
14.3.A remição pelo estudo e pela leitura 302
14.4.Perda dos dias remidos 305

15

MONITORAÇÃO ELETRÔNICA 307

16

O MÉTODO APAC 311

16.1.Organização e metodologia 312
16.2.Experiência e recursos 315

17

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO 317

17.1.Sistema de cumprimento 319
17.2.Tipos de penas 321

18

PENA DE MULTA 325

19

MEDIDAS DE SEGURANÇA 329

19.1.O modelo brasileiro 330
19.2.Comprovação do transtorno mental 331
19.3.Internação e tratamento ambulatorial 333
19.4.A crise de paradigma e a reforma psiquiátrica 335
19.5.Outra crise de paradigma: a culpabilidade e as neurociências 340

20

PROCESSO DE EXECUÇÃO E INCIDENTES 343

20.1.Competência 346
20.2.Audiência Admonitória 349
20.3.O SEEU 350
20.4.O Cálculo de Pena 351
20.5.Conversões 353
20.6.Excesso ou desvio 355
20.7.Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena 356
20.8.Execução do ANPP 358

BIBLIOGRAFIA 361